

6.05.02- Planejamento Urbano e Regional / Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional

ESTUDOS DE TÉCNICAS ETNOGRÁFICAS

Jéssica M. Costa¹, Débora B. C. Fonseca²

1. Estudante de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL

2. Professora Doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL/Orientadora

Resumo:

Os rumos da política urbana no Brasil tem se distanciado cada vez mais do direito democrático à cidade. Alguns anos se passaram desde a regulamentação do Estatuto da Cidade, no entanto, pouco se avançou no quesito reforma urbana. Nesse contexto, a presente pesquisa busca discutir a importância de algumas técnicas etnográficas e metodologias participativas possíveis de serem aplicadas ao planejamento e gestão democrática da cidade, considerando a visibilidade de grupos em situação de vulnerabilidade social, econômica e ambiental e aproximação do estado em relação a estes atores.

Autorização legal: O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética, CAAE: 55026016.3.0000.5013. Número do comprovante de submissão: 029214/2016.

Palavras-chave: Métodos participativos, Planejamento Urbano, Participação Popular.

Apoio financeiro:

Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição: UFAL

Introdução:

Historicamente, o Brasil carrega as marcas de uma política urbana voltada aos interesses individuais. O rápido crescimento econômico que vivenciou o país a partir da década de 1950 permitiu poucos avanços sociais, o que refletiu drasticamente na configuração do espaço urbano. Estratégias desenvolvimentistas que consagraram, muitas vezes, setores específicos da sociedade, e que por outro lado rejeitaram práticas sociais efetivas na superação da pobreza e transformação do território urbano.

Após anos de aplicação de instrumentos urbanísticos excludentes, a política urbana brasileira enfrenta os desafios de romper com as tradicionais práticas tecnocráticas. Dezesseis anos se passaram desde a regulamentação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), e continua-se a produzir "mazelas socioespaciais". Nesse contexto, verifica-se a necessidade de abordagens participativas de planejamento aplicadas ao espaço urbano, com a finalidade de aproximar o estado das questões urbanas na compreensão das diferentes realidades e problemas da cidade, para implementar ações de desenvolvimento integrado.

Metodologias participativas aplicadas ao planejamento e gestão urbana surgem como alternativa às práticas tradicionais, devido à urgência da participação popular direta na elaboração de políticas públicas, já que estas afetam a vida das pessoas na cidade. Assim, um dos objetivos específicos deste trabalho é a revisão de técnicas etnográficas e participativas possíveis de serem aplicadas ao planejamento urbano.

Metodologia:

A metodologia utilizada na pesquisa consiste em levantamento teórico, a princípio, para entender conceitos e técnicas etnográficas exploradas por pesquisadores ao longo da história, tais como técnicas de observação participante e não participante, uso de histórias de vida, além de outras técnicas. Um dos referenciais utilizados como base é a tese de doutorado "*Fighting for a place in the city: Social practices and state action in Maceió, Brazil*" da Professora Doutora Débora Cavalcanti, orientadora da pesquisa, onde foram usadas técnicas etnográficas com ênfase no uso de histórias de vida de moradores de três assentamentos precários na cidade de Maceió.

A visão geral dos conceitos e técnicas já abordadas no campo da antropologia é necessária para atender um dos objetivos específicos da pesquisa: a revisão das técnicas etnográficas incluindo outras técnicas e métodos participativos possíveis de serem aplicados ao planejamento urbano. Assim, na pesquisa, houve o aprofundamento teórico na internet (artigos, dissertações e demais publicações) de metodologias utilizadas por pesquisadores, comunidades organizadas e ONGs, no incentivo à participação popular em prol de ações sociais, na reivindicação de direitos, melhorias em assentamentos e/ou projetos participativos de intervenção urbana. O levantamento consiste em mostrar a possibilidade de aplicação destas técnicas e seus objetivos na diversidade de conflitos urbanos.

Resultados e Discussão:

A pesquisa etnográfica possui métodos e estratégias interativas, que dependem muito de um contato “íntimo” com o objeto de estudo para a construção de análises mais profundas. O trabalho de campo é a base da investigação etnográfica. É este o laboratório onde ocorrem as observações e experiências desejadas. No planejamento urbano, a análise dos dados e a utilização de ferramentas estatísticas não são por si só suficientes, tendo em vista que a maior parte dos problemas não é mensurável e requerem, portanto, uma visão mais crítica e empírica que implica na participação popular, principalmente nas áreas e atividades sociais de interesse. Logo, a aproximação entre os agentes do Estado e a comunidade é fundamental no desenvolvimento de políticas públicas e instrumentos de política urbana, sobretudo em áreas mais vulneráveis socialmente, economicamente e ambientalmente.

Há vários métodos e técnicas participativas que podem ser utilizadas no desenvolvimento de ações conjuntas com a comunidade local. Na etnografia, as mais comuns são os estudos de observação participativa e não participativa, o uso de histórias de vida. A observação participativa ou participante se detém a observar condutas e interagir com a cultura do grupo estudado. Este tipo de técnica é bastante utilizada por etnógrafos em pesquisas de grupos étnicos e minorias/tribos urbanas. No entanto, verifica-se a necessidade de complementar a pesquisa com outras técnicas, como por exemplo, entrevistas guiadas ou informais, fotografia, análise de documentos, etc.

O uso de histórias de vida no estudo de práticas sociais tem o propósito de colocar o planejador numa condição de igualdade diante do contador da história, “sentir-se no lugar do outro”, na tentativa de entender a problemática com mais profundidade. Por isso, o trabalho de campo e esse contato com os grupos de indivíduos pode durar meses ou anos. O uso de histórias de vida na investigação acerca das experiências de vida dos moradores de assentamentos precários e o seu grau de integração sócio espacial no ambiente urbano permite captar o que ocorre em diferentes escalas, micro e macro, individual e social e como a história pessoal e familiar dos residentes interfere no processo de integração urbana. As histórias de fato demonstram grande influência familiar. A visão de mundo que começa a ser construída na infância, perceber o mundo a sua volta, depende muito das relações afetivas construídas com o lugar em que se vive, além das relações com familiares e vizinhos e de condições econômicas. Num entendimento mais amplo sobre a ação do estado, o uso das histórias de vida permite enxergar como a exclusão social e a segregação espacial estão relacionadas às práticas sociais, do ponto de vista individual/pessoal. E como a visão técnica e restrita do estado resulta muitas vezes em um planejamento urbano segregador, onde o mercado atua sem obstáculos, privilegiando determinados setores e classes, que influenciam na construção de territórios da pobreza na cidade.

Outra ferramenta difundida na etnografia é uso de métodos visuais (narrativas sonoras, visuais, audiovisuais, digitais). É uma das ferramentas mais poderosas e acessíveis. O uso da imagem pelos participantes da pesquisa pode incentivar a mudança em forma de ação social. Por exemplo, a televisão é um dos meios de comunicação mais acessíveis às mais variadas camadas da sociedade. A informação chega de forma rápida, o que pode ser um elemento transformador no processo, no sentido de desenvolver, na pesquisa, material com uma perspectiva crítica. Produzir uma programação que dê voz ao povo em relação aos problemas das suas comunidades, mobilizando as pessoas na busca por direitos e soluções dos problemas, como também, chamando a atenção do estado para aquela comunidade, que posteriormente seria cobrado pela sociedade.

A fotografia é também uma ferramenta audiovisual que tem grande capacidade de chamar atenção e comunicar ideias. Em uma comunidade, o uso de câmeras levam os moradores a fazerem fotografias sob uma perspectiva particular, oferecendo a possibilidade de uma compreensão real do seu universo. Ou seja, a sua rotina pode ser retratada, e os problemas e qualidades relativos ao lugar identificados, de acordo com a sua visão, no que mais lhes desperta a atenção. A câmera funcionando como os olhos do participante da investigação. As fotos podem capturar situações cotidianas antes despercebidas, é uma forma de ver de perto o que parecia distante ou inexistente. Permite que as pessoas vejam depois o que foi capturado com um olhar mais sensível, sendo possível confrontar as questões observadas na fotografia com a própria realidade de suas vidas. Nesse caso, o pesquisador é o próprio objeto de estudo, visto que sua rotina retrata suas dificuldades e desafios.

No campo da cartografia, mapas podem ser usados em processos participativos com a comunidade, uma vez que este se mostra como complemento dos mapas oficiais tradicionais. Quando produzidos por grupos que querem reivindicar seu espaço na cidade ou em zonas rurais, os mapas surgem como forma de exigir direitos e afirmar identidade. Nesse contexto, a cartografia social enquanto abordagem participativa trabalha de forma crítica a demarcação e caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural. (GORAYEB; MEIRELES, 2014). Segundo Ascerald (2014), a comunidade se sentindo ameaçada começa a construir no mapa a sua representação do território, que em geral entra em conflito com a territorialidade privada dos grandes projetos do agronegócio, grandes mineradoras, grandes empreendimentos imobiliários e projetos ditos de “renovação urbana” propostos pelo próprio estado que desapropriam comunidades inteiras com um discurso desenvolvimentista.

A participação na construção do mapa é uma forma de fortalecer a mobilização de grupos, que se apropriam de uma ferramenta, a cartografia, para uso de seus interesses, uma vez que estas populações

retratam seu espaço segundo suas experiências e formas de ver um mundo, a fim de reivindicar direitos sobre a terra habitada e afirmar sua história, cultura, cotidiana e condições de vida. A participação dos grupos mobilizados não se restringe à confecção dos mapas, pois a partir do processo de mapeamento, demandas são fortalecidas e há o reconhecimento de direitos, o que pode direcionar estratégias de atuação coletiva (PLESSMAN, 2013). No entanto, é importante verificar a forma como serão aplicadas as metodologias participativas, para que possibilitem a transferência de conhecimento científico e tecnológico no desenvolvimento dos mapas. A ação pode ser incentivada por ONGs, cooperativas, associações de moradores, por órgãos públicos de planejamento urbano e principalmente pela própria comunidade organizada em prol de uma ação social.

As técnicas de cartografia social são variadas. Desde a chamada cartografia efêmera, em que se desenham mapas no chão, utilizando elementos como terra, pedra, folhas, galhos, entre outros elementos, para representação da paisagem natural e construída, até mapeamentos que utilizam fotografias e vídeos, estes cada vez mais popularizados. Há também os que usam como base mapas oficiais ampliados, em que se representam tridimensionalmente os elementos existentes no entorno tais como vegetação, ruas, equipamentos públicos, além de representações sobre as formas de apropriação do espaço e os limites físicos da terra em que habita e/ou reivindica. Os mapas produzidos podem ser utilizados na caracterização de informações locais básicas e são instrumentos facilitadores na estruturação de análises. Além disso, técnicas de mapeamento podem ser usadas no incentivo à formação de comunidades autogestionárias, visando o desenvolvimento econômico e social local.

O mapeamento pode oferecer um diagnóstico de necessidades e desafios sobre os conflitos socioespaciais presentes na comunidade, delineando projeções futuras de melhorias na qualidade de vida. Os dados e informações obtidos através do mapeamento são discutidos, interpretados, organizados em oficinas de trabalho e debates com a própria comunidade local. O importante desse processo é a participação de todos, expondo seus olhares e diagnósticos sobre o território e a comunidade em que foram coletivamente construídos e coletados.

Além das técnicas manuais de mapeamento, há também o uso de programas computacionais de mapeamento, que funciona como ferramenta facilitadora no processo participativo, visto que tornaram a cartografia mais acessível, ampliando de certa forma o número de pessoas sem formação técnica capaz de produzir mapas, de forma autônoma e as vezes com conteúdos ou linguagens alternativos. (NAME; NACEF, 2013). O GPS (sistema de posicionamento global), por exemplo, pode ser utilizado na coleta de dados com objetivo de complementar mapas oficiais que muitas vezes não registram terras ocupadas por pessoas que lá vivem há muito tempo. As informações nesse caso são coletadas pela própria comunidade, dando-lhes recursos e ferramentas, tais como o próprio GPS ou algum dispositivo móvel que o contenha, para que o mapeamento seja realizado. Os dados coletados irão subsidiar a elaboração dos mapas com base em nomes e definições que a comunidade usa, contribuindo inclusive para a atualização de mapas oficiais. Moradores de uma comunidade recebem rastreadores GPS e registram informações enquanto passam por uma área. Os dados podem ser usados para criar camadas de mapas. Além da coleta de informações precisas, há os que permitem a interferência do tipo *open source*, por meio de mapas online editáveis, tais como *Wikimaps*, *Google maps*, *Google Earth*, em que se pode agregar informações com ícones, linhas e fotografias.

A necessidade de transparência na tomada de decisão no quesito responsabilidade pública aumentou o interesse de desenvolver uma ferramenta interativa e que fosse acessível à população. Então, a PPSIG que é o uso do SIG (Sistema de Informação Geográfica) para participação popular, conhecido com Participação Pública em SIG, desenvolveu um conjunto de ações que buscam explorar as potencialidades do SIG no sentido de promover objetivos comunitários. Elwood (2006) aponta que a PPSIG pode ser definida como uma alternativa através da qual o público participa produzindo mapas e/ou dados espaciais que representam a sua percepção do espaço urbano. Hoje, a internet é considerada plataforma dominante para a PPSIG. Os mapas e as ferramentas SIG online supostamente trazem mais liberdade para que as pessoas explorem o problema e criem soluções que representam a sua percepção, já que podem examinar as informações existentes, testar possíveis soluções, ver e comparar as ideias de outras pessoas, e compartilhar a sua visão com a comunidade (CARVER 2001 apud BUGS, 2001).

Conclusões:

A participação popular no planejamento urbano configura-se como forma democrática e direta na gestão de cidade, que visa a tomada de decisões, reconhecimento de direitos e cumprimento de deveres. Ademais, o uso de técnicas e metodologias participativas possibilita a participação de setores menos favorecidos, dando voz e visibilidade às comunidades vulneráveis.

Entende-se que para utilização de metodologias participativas é necessária a apreensão do conhecimento técnico pela população, sobretudo no uso das técnicas digitais e *online* tais como as de mapeamento com o uso de programas específicos. Apesar da facilidade de manuseio com que estas se apresentam, não se pode esperar que todas as demandas sejam atendidas com esse tipo de técnica, uma vez que isso depende de treinamentos geridos por técnicos com a comunidade, como também depende da aceitação e compreensão para efetiva aplicação destas pela população. Por isso, acredita-se que o uso de

métodos manuais e digitais devem ser aplicados em conjunto, no levantamento de dados necessários à pesquisa além de promover a interação com os grupos.

A intenção é dar espaço a outras formas de ver o urbano em toda sua pluralidade, através de todos os atores que deles fazem parte. É importante incluir outros métodos de percepção da cidade, pois a percepção de cada indivíduo faz a diferença, devido à diversidade na inserção urbana das tipologias existentes, considerando seus valores e problemas. Além disso, a comunidade atuando ativamente no levantamento de dados e na elaboração de diretrizes e propostas traz questões relacionadas às formas solidárias de se produzir conhecimento e resistência, inclusive na tomada de consciência em relação aos seus direitos e deveres enquanto cidadãos, podendo cobrar do estado a prática de suas responsabilidades para com a cidade.

Percebe-se a dificuldade em se aplicar novos mecanismos de transformação social na política urbana brasileira. A resistência das administrações municipais em seguir com práticas excludentes que favorecem o setor privado impedem, de certa forma, qualquer avanço social, mantendo assim o silêncio de comunidades vulneráveis em detrimento de interesses privados. Entretanto, é fundamental que uma reforma política também seja implementada, para que as questões urbanas sejam de fato levadas a sério e, portanto incluídas em outras demandas tais como saúde, educação, cultura e desenvolvimento socioeconômico.

Referências bibliográficas

CAVALCANTI, Débora De Barros. **Fighting for a place in the city: Social Practices and State Action in Maceió, Brazil**: Tese de Doutorado. Londres, 2009. 295 p. Department of Geography and Environment. London School of Economics and Political Science.

GRAVANO. Ariel. **La proyección del enfoque etnográfico hacia la facilitación organizacional en procesos participativos de planificación urbana**. Porto Alegre, 2009. Universidad de Buenos Aires. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a04.pdf>> Acesso em 26 de Fevereiro de 2017.

AGIER, Michel. **Encontros etnográficos: Interação, contexto, comparação**. Tradução de Bruno César Cavalcanti e Maria Stela Torres B. Lameiras. 1º ed. São Paulo, Alagoas: Unesp, Edufal, 2015. 100 p.

MAGNANI, José Guilherme. **A antropologia urbana e os desafios da metrópole**. Tempo social, Vol. 15, Nº01. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100005> Acesso em 02 de Março de 2017.

REFLECT ACTION. **Metodos participatórios**. Disponível em: <www.reflect-action.org/pt-br/node/195>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BUGS, Geisa; REIS, Antônio. Planejamento urbano participativo por meio da utilização de novas tecnologias. **Urbe, Revista Brasileira de gestão urbana**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 10-25, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692017000100110>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FIALHO, Daniela. Uma leitura sensível da cidade: A cartografia urbana. **Nuevo mundo, mundos nuevos**, Rio grande do sul, v. 24, n. 3698, p. 11-23, mar. 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/3698>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

LABOCART. **Cartografia nas questões urbanas**. Disponível em: <<http://www.labocart.ufc.br/index.php/linhas-de-pesquisa/65-cartografia-nas-questoes-urbanas.html>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

REDE MOBILIZADORES. **Cartografia social e populações vulneráveis**. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/07/cartilha-cartografia-social.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

CORDOVIL, Fabíola; RODRIGUES, Ana Lúcia. Da tecnocracia à participação popular: a institucionalização e os novos rumos do planejamento urbano em Maringá, Paraná, Brasil. **Scripta nova, revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, v. 14, n. 331, p. 1-7, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-40.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

NAME, Leo; NACIF, Cristina. Notas sobre mapas, mapeamentos e o planejamento urbano participativo no Brasil na perspectiva de uma cartografia crítica. **Biblio3W, Revista bibliográfica de geografía e ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, v. 18, n. 1018, p. 42-98, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1018.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2017.